

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2015

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • APARTADO 8032 • 4109-601 PORTO • TEL. 220 003 400 • FAX 220 003 419 • e-mail:centrar@rar.pt • <http://centrar.rar.pt>

SEDE SOCIAL: RUA DO PASSEIO ALEGRE, 624 4169-002 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 250 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 11 300 • N.I.P.C. 505 807 912

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	33
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	36

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015

Senhores Acionistas

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho de Administração da Centrar, S.A. apresentar o seu Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2015.

1. ATIVIDADE

Em 2015, o volume de negócios atingiu os 2,18 milhões de euros correspondendo a um acréscimo de 0,2% face ao ano anterior. A COLEP, com uma clara tendência de crescimento, ultrapassou os 600 mil euros de faturação (28% do volume de negócios).

Com custos operacionais de 1,95 milhões de euros (menos 0,9% que em 2014), os resultados operacionais atingiram os 113 mil euros.

Ao nível da melhoria contínua, implementamos novas funcionalidades na ferramenta BPOSM, ao nível do planeamento e das *timesheets* (melhorias na gestão de tarefas, validação de tempos e exportação para SAP). Arrancou também um projeto interno com o objetivo de estudar a viabilidade de implementação de uma ferramenta que, em conjunto com o CPM, otimize a introdução de dados das faturas de fornecedores.

O resultado do Inquérito de Satisfação aos Clientes apresentou melhorias face ao ano anterior. As características que estão na base do serviço que é prestado continuam a ser muito valorizadas pela generalidade dos clientes.

2. PERSPETIVAS FUTURAS

A incorporação de novos serviços continuará a ser uma prioridade, quer através do alargamento do âmbito nos atuais clientes, quer na migração de serviços das empresas localizadas fora do país. Em simultâneo, será dada continuidade à implementação de formas de trabalho que permitam obter acréscimos de eficiência e a criar processos próprios, suportados por tecnologia proprietária, que facilitem a retenção dos clientes (diminuindo assim o principal risco do negócio – internalização dos serviços).

Relativamente ao mercado internacional, e após a transferência dos serviços da COLEP Alemanha com a qual foi possível demonstrar a viabilidade do modelo internacional, entendemos que é possível no curto/médio prazo efetuar novas migrações de serviços, quer na COLEP (Polónia, Brasil e México), quer na VITACRESS (Inglaterra).

No curto prazo, a prioridade é manter os serviços nas empresas que saíram do Grupo RAR. A recente reorganização dos ativos efetuada pelo Grupo RAR, nomeadamente a venda das participações na IMPERIAL e WIGHT SALADS, trouxeram alguma incerteza quanto à sua continuidade na CENTRAR. Estas duas empresas representaram 23% do volume de negócios em 2015.

3. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em 83.271 euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando cumprimento ao disposto no número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, refere-se que a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., detém 100% do capital social da empresa.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Finalmente, o Conselho de Administração vem registar o seu apreço e agradecimento, pelo empenho e dedicação de todos os colaboradores, assim como a todas as entidades que, de alguma forma, lhe dispensaram colaboração e apoio.

Porto, 29 de janeiro de 2016

O Conselho de Administração

Vitor Manuel Pinho Moreira Alves

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativo fixo tangível	5	92.700	137.597
Ativo intangível	6	8.475	14.826
Outros ativos não correntes	7	408	90
Total de ativos não correntes		101.583	152.513
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	9	151.645	177.415
Outras dívidas de terceiros	10	431.356	357.751
Outros ativos correntes	11	97.579	76.984
Caixa e equivalentes de caixa	12	6.284	13.498
Total de ativos correntes		686.864	625.648
Total do ativo		788.447	778.161
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	50.000	50.000
Prestações suplementares		400.000	400.000
Resultados transitados		(342.854)	(487.375)
Resultado líquido do exercício		83.271	144.521
Total do capital próprio		190.417	107.146
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	14	13.852	26.624
Passivos por impostos diferidos	8	366	501
Provisões	15	30.581	30.581
Total de passivos não correntes		44.799	57.706
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	14	12.766	25.531
Fornecedores	16	16.775	41.213
Estado e outros entes públicos	17	151.959	148.434
Outros credores	18	52.450	173.806
Outros passivos correntes	19	319.281	224.325
Total de passivos correntes		553.231	613.309
Total do capital próprio e passivo		788.447	778.161

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos operacionais:			
Prestações de serviços	22	2.180.160	2.175.753
Outros rendimentos operacionais	23	<u>62.062</u>	<u>30.869</u>
Total de rendimentos operacionais		<u>2.242.222</u>	<u>2.206.622</u>
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	24	342.556	363.446
Gastos com o pessoal	25	1.698.169	1.549.778
Amortizações e depreciações	5 e 6	86.044	85.051
Outros gastos operacionais	26	<u>2.194</u>	<u>1.848</u>
Total de gastos operacionais		<u>2.128.963</u>	<u>2.000.123</u>
Resultados operacionais		113.259	206.499
Rendimentos financeiros			
Gastos e perdas financeiras	27	<u>2.440</u>	<u>4.345</u>
Resultado antes de impostos		123.520	232.602
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do exercício	28	<u>40.249</u>	<u>88.081</u>
		<u>83.271</u>	<u>144.521</u>
Resultados por ação:			
Básico	29	<u>0,33</u>	<u>0,58</u>
Diluído	29	<u>0,33</u>	<u>0,58</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do período	83.271	144.521
Itens que serão reclassificados por resultados		
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que não serão reclassificados por resultados		
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u>83.271</u>	<u>144.521</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recebimentos de clientes		2.205.930	2.149.351
Pagamentos a fornecedores		359.116	393.107
Pagamentos ao pessoal		1.601.205	1.560.943
Fluxos gerados pelas operações		245.609	195.301
(Pagamento) Recebimento do imposto sobre o rendimento		(162.460)	-
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à atividade operacional		36.578	20.216
Fluxos das atividades operacionais (1)		119.727	215.517
 <u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativo fixo tangível		5.546	110
Juros e ganhos similares		20.554	29.825
Empréstimos concedidos	21	360.000	1.090.000
		386.100	1.119.935
Pagamentos respeitantes a:			
Ativo fixo tangível		33.074	35.794
Ativo intangível		1.990	1.500
Empréstimos concedidos	21	450.000	835.000
		485.064	872.294
Fluxos das atividades de investimento (2)		(98.964)	247.641
 <u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de prestações suplementares			400.000
Amortizações de contratos de locação financeira		25.537	50.207
Juros e gastos similares		2.440	4.345
		27.977	454.552
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(27.977)	(454.552)
 Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	13.498	4.892
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	6.284	13.498

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital social	Prestações suplementares	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	13	250.000	800.000	(839.306)	151.931	362.625
Aplicação do resultado líquido de 2013:						
Transferência para resultados transitados		-	-	151.931	(151.931)	-
Cobertura de prejuízos		(200.000)	-	200.000	-	-
Restituição de prestações suplementares		-	(400.000)	-	-	(400.000)
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	144.521	144.521
Saldo em 31 de dezembro de 2014		50.000	400.000	(487.375)	144.521	107.146
Aplicação do resultado líquido de 2014:						
Transferência para resultados transitados		-	-	144.521	(144.521)	-
Cobertura de prejuízos		-	-	-	-	-
Restituição de prestações suplementares		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	83.271	83.271
Saldo em 31 de dezembro de 2015		50.000	400.000	(342.854)	83.271	190.417

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 29 de outubro de 2001 e que tem como atividade principal a prestação de serviços a empresas e outros agentes económicos, nomeadamente consultoria económica, financeira, de informação, de gestão, de investimento, de compras, de recursos humanos e de sistemas de informação, a importação, exportação, comercialização, aluguer e reparação de bens, nomeadamente equipamentos informáticos e produtos conexos com estes.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") em vigor em 1 janeiro de 2015 tal como adotados pela União Europeia.

2.2. Ativo fixo tangível

O ativo fixo tangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média (em anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	1 a 10
Equipamento de transporte	5
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos tangíveis incorridas pela Empresa são adicionadas aos respetivos ativos tangíveis, sendo o valor líquido das

componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do ativo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

2.3. Ativo intangível

O ativo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O ativo intangível só é reconhecido se for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa o puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o ativo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como gasto do exercício quando incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros

i) Classificação de ativos financeiros

A Empresa classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados: geralmente enquadram-se nesta categoria apenas os derivados que não cumprem os requisitos

definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, como tal são classificados como ativos correntes.

- Empréstimos e contas a receber: trata-se de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e não negociados num mercado ativo. São classificados como ativos correntes, exceto se as suas maturidades excederem os doze meses após data da demonstração da posição financeira, situação na qual são classificados como ativos não correntes. A Empresa classifica nesta categoria as dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros (notas 9 e 10), caixa e equivalentes de caixa (nota 12) e os empréstimos concedidos a partes relacionadas incluídos na nota 21.

ii) Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, acrescido das despesas com aquisição, exceto se se tratarem de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, em que neste caso as despesas com aquisição são reconhecidas nos resultados.

Após o reconhecimento inicial:

- Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sendo os ganhos ou as perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidas em resultados.

- Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos ao custo amortizado utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu custo, porque se tratam de investimentos não negociados num mercado ativo e em relação aos quais o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados quanto à sua imparidade no final de cada exercício, e apenas é registada uma perda de imparidade quando há evidência objetiva da ocorrência de um ou mais eventos passados ocorridos após a data do reconhecimento inicial que impactam diretamente o recebimento dos *cash-flows* futuros.

O montante da perda de imparidade é dado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos *cash-flows* futuros estimados, sendo que o valor do investimento e os resultados são reduzidos por esse montante.

b) Classificação de instrumentos de capital próprio e passivo financeiro

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

i. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios. Os empréstimos encontram-se divulgados nas notas 18 e 21.

ii. Fornecedores e outros credores

Os fornecedores (nota 16) referem-se a obrigações de pagamento resultantes da compra de bens ou serviços que são adquiridos durante o decurso normal das operações de negócio. Os outros credores referem-se aos empréstimos obtidos de partes relacionadas divulgados na nota 18. Estes passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento é devido até um ano, caso contrário são apresentados como passivos não correntes. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", na demonstração da posição financeira.

d) Compensação de ativos com passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apenas compensados quando existe um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de realizar o ativo e satisfazer o passivo numa base líquida.

2.5. Locações

A classificação sobre se um acordo é (ou contém) uma locação é baseada na substância e não na forma do acordo na data do início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo. O acordo é (ou contém) uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que tal não esteja explicitamente indicado no acordo.

A locação por referência à data de início do acordo é classificada como financeira ou operacional. Os contratos de locação relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital de modo a determinar uma taxa de juro constante sobre o passivo remanescente. Os custos financeiros são imputados aos gastos financeiros na demonstração de resultados.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento do ativo fixo tangível, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações do ativo fixo tangível subsidiado.

Os subsídios à exploração são registados como ganhos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.8. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros ganhos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.10. Rédito e especialização de exercícios

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e ganhos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e ganhos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os ganhos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2012 a 2015 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados anualmente e avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.12. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como ganhos e gastos na demonstração de resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

2.14. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.16. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respetivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresenta empréstimos concedidos de aproximadamente 395 milhares de Euros e 305 milhares de Euros, respetivamente.

Os excedentes de tesouraria que derivam da atividade, são aplicados na empresa mãe a uma taxa de juro indexada à Euribor.

b) Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2015. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o ganho ou gasto financeiro dos mesmos.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 viria aumentado em cerca de 1.784 Euros.

c) Risco de preço

O Risco de Mercado da Centrar está relacionado com a não renovação dos acordos de serviço com os principais clientes, dado que o seu peso é significativo face à dimensão da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é substituir os atuais acordos anuais por acordos plurianuais.

A 31 de dezembro de 2015, a Empresa acredita que não apresenta um risco de mercado significativo, dado que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando numa perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (nota 9). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular. A Empresa não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo onde se insere.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correção de erros fundamentais.

5. ATIVO FIXO TANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor do ativo fixo tangível, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2015					
	Edifícios e outras construções	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	296.743	226.230	874.985	10.745	24.500	1.433.203
Adições	-	-	29.728	3.346	-	33.074
Alienações	-	-	(116.020)	-	-	(116.020)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	24.500	-	(24.500)	-
Saldo final	296.743	226.230	813.193	14.091	-	1.350.257
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	296.743	151.719	840.550	6.594	-	1.295.606
Depreciações exercício	-	41.665	31.965	4.073	-	77.703
Alienações	-	-	(115.752)	-	-	(115.752)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	193.384	756.763	10.667	-	1.257.557
Valor líquido	-	32.846	56.430	3.424	-	92.700
2014						
	Edifícios e outras construções	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	296.743	226.230	867.549	10.745	-	1.401.267
Adições	-	-	11.294	-	24.500	35.794
Alienações	-	-	(3.858)	-	-	(3.858)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	226.230	874.985	10.745	24.500	1.433.203
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	296.743	110.054	811.903	5.867	-	1.224.567
Depreciações exercício	-	41.665	32.505	727	-	74.897
Alienações	-	-	(3.858)	-	-	(3.858)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	151.719	840.550	6.594	-	1.295.606
Valor líquido	-	74.511	34.435	4.151	24.500	137.597

O saldo de “Edifícios e outras construções” corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor líquido contábilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Equipamento de transporte	32.846	74.511
Equipamento administrativo	-	153
	<u>32.846</u>	<u>74.664</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens do ativo fixo tangível como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

6. ATIVO INTANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no ativo intangível, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	2015		
	Despesas de desenvolvimento	Software	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	538.107	274.344	812.451
Adições	-	1.990	1.990
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>276.334</u>	<u>814.441</u>
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	538.107	259.518	797.625
Amortização do exercício	-	8.341	8.341
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>267.859</u>	<u>805.966</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>8.475</u>	<u>8.475</u>

	2014		
	Despesas de desenvolvimento	Software	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	538.107	272.844	810.951
Adições	-	1.500	1.500
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>274.344</u>	<u>812.451</u>
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	538.107	249.364	787.471
Amortização do exercício	-	10.154	10.154
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>259.518</u>	<u>797.625</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>14.826</u>	<u>14.826</u>

A rubrica "Despesas de desenvolvimento" inclui, essencialmente, as despesas incorridas em exercícios anteriores com o desenvolvimento e implementação de um centro de serviços partilhados, incorporando serviços de consultoria prestados por entidades terceiras e trabalhos desenvolvidos pela própria Empresa.

7. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Fundo de compensação de trabalho	408	90
	<u>408</u>	<u>90</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Diferença na base tributável do ativo fixo tangível	-	-	366	501
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>366</u>	<u>501</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	-	-	501	1.387
Efeito em resultados:				
Diferença na base tributável do ativo fixo tangível	-	-	(135)	(886)
Sub-total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>(886)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>366</u>	<u>501</u>

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Cientes, conta corrente (nota 21)	151.645	177.415
	<u>151.645</u>	<u>177.415</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade destes saldos tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Saldo não vencido	144.796	168.164
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	6.203	8.605
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	646	646
	<u>151.645</u>	<u>177.415</u>

10. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Outros devedores	30.372	38.520
Empresas do Grupo (nota 20)	400.984	319.231
	<u>431.356</u>	<u>357.751</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros devedores tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Saldo não vencido	400.711	327.170
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	30.645	30.581
	<u>431.356</u>	<u>357.751</u>

11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Seguros pagos antecipadamente	1.681	1.178
Rendas a liquidar	9.654	9.654
Acréscimos de proveitos - valores a faturar	53.060	50.123
Outros	33.184	16.029
	<u>97.579</u>	<u>76.984</u>

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Numerário	303	303
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.981	13.195
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.284</u>	<u>13.498</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social está representado por 250.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 20 centavos.

14. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2015	-	26.935	-	25.531
2016	13.408	13.407	12.766	12.762
2017	8.335	8.329	8.009	8.014
2018	5.917	5.912	5.843	5.848
	27.660	54.583	26.618	52.155
Juros futuros	(1.042)	(2.428)	-	-
	<u>26.618</u>	<u>52.155</u>	<u>26.618</u>	<u>52.155</u>
Componente de curto prazo			<u>(12.766)</u>	<u>(25.531)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>13.852</u>	<u>26.624</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2015, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contábilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte e administrativo.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica respeita a um crédito que se encontra em pré-contencioso.

16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Fornecedores, conta corrente	<u>16.775</u>	<u>41.213</u>
	<u>16.775</u>	<u>41.213</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade das dívidas da rubrica de fornecedores tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Até 3 meses	15.160	38.087
Entre 3 e 4 meses	538	1.123
Há mais de 4 meses	<u>1.077</u>	<u>2.003</u>
	<u>16.755</u>	<u>41.213</u>

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	64.974	64.566
Contribuições para a segurança social	25.011	26.841
Retenções de imposto sobre o rendimento	<u>61.974</u>	<u>57.027</u>
	<u>151.959</u>	<u>148.434</u>

18. OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outros credores" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Empresas do Grupo (nota 21)	51.438	173.612
Outros credores	<u>1.012</u>	<u>194</u>
	<u>52.450</u>	<u>173.806</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros credores tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Sem vencimento	52.450	173.806
Com vencimento		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>52.450</u>	<u>173.806</u>

19. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	165.739	168.003
Prémios ao pessoal	46.327	40.038
Outros custos a pagar	101.460	5.971
Rendimentos Diferidos:		
Outros proveitos diferidos	<u>5.755</u>	<u>10.313</u>
	<u>319.281</u>	<u>224.325</u>

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLETIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa não tinha assumido compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira.

21. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas, prestações de serviços e outros ganhos		Compras e serviços obtidos	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	199.481	212.681	-	-
Acembex España, S.L.	28.522	27.756	-	-
Colep Portugal, S.A.	497.502	429.001	-	-
Comp-RAR – Central de Compras, S.A.	19.673	20.687	182	301
Vitacress Portugal, S.A.	98.969	91.448	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	411.125	-	17
RAR Imobiliária, S.A.	-	93.274	116.679	99.198
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	364.885	374.152	-	-
RAR – Cogeração, Unipessoal, Lda.	12.000	-	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	68.400	72.358	-	26.403
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	201.924	216.260	24.178	-
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	-	7.672
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, Lda.	-	140	-	-
SIEL – SGPS, S.A.	-	10.422	-	-
Vitacress Ibéria, S.L.	414	3.441	-	-
Vitacress Limited, Ltd.	109.653	114.550	-	-
Colep Holding GmbH	4.500	4.000	-	-
Colep Regensburg GmbH	4.500	4.000	-	-
Colep Laupheim GmbH & Co.KG	33.750	26.250	-	-
Colep Zülpich GmbH	33.750	22.500	-	-
Colep Bad Schmiedeberg GmbH	26.250	22.000	-	-
	<u>1.704.173</u>	<u>2.159.357</u>	<u>141.039</u>	<u>133.591</u>

Transações	Juros Debitados	
	31.12.15	31.12.14
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	12.308	29.637
	<u>12.308</u>	<u>29.637</u>

Saldos	Empréstimos concedidos	
	31.12.15	31.12.14
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	395.000	305.000
	<u>395.000</u>	<u>305.000</u>

Saldos	Outras dívidas a pagar		Outras dívidas a receber	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	5.984	14.231
SIEL, SGPS, S.A.	51.438	173.612	-	-
	<u>51.438</u>	<u>173.612</u>	<u>5.984</u>	<u>14.231</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Colep Portugal, S.A.	18.275	12.064	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S. A.	2.074	2.061	-	(152)
Vitacress Portugal, S.A.	-	8.970	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	41.768	-	455
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	-	1.525
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	45.905	43.917	230	7.247
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	7.011	7.440	2.385	10.783
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	21.801	32.552	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	1.097	1.069	-	-
Vitacress Ibéria, S.L.	-	1.584	-	-
Vitacress Limited, Ltd.	11.221	12.800	-	-
Colep Laupheim GmbH & Co.KG	-	3.750	-	-
Colep Zülpich GmbH	-	3.750	-	-
Colep Bad Schmiedeberg GmbH	-	2.750	-	-
	<u>107.384</u>	<u>174.475</u>	<u>2.615</u>	<u>19.858</u>

Empréstimos concedidos:	Saldo 31.12.14	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.15
RAR – Soc. Controle (Holding), S.A.	305.000	450.000	(360.000)	395.000

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	2015	2014
Remuneração fixa	61.600	61.600
Remuneração variável	27.545	9.658
	<u>89.145</u>	<u>71.258</u>

22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2015 e 2014 foram como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	1.907.440	1.952.387
Mercado intracomunitário	<u>272.720</u>	<u>223.366</u>
	<u>2.180.160</u>	<u>2.175.753</u>

23. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Estágio profissional	35.104	13.779
Ganhos na alienação de ativo fixo tangível	5.078	110
Outros	<u>21.880</u>	<u>16.980</u>
	<u>62.062</u>	<u>30.869</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser decomposta da seguinte forma:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Rendas e alugueres	123.497	104.884
Conservação e reparação	57.099	65.695
Deslocações e estadas	22.684	44.442
Honorários	45.600	44.163
Trabalhos especializados	19.477	24.805
Eletricidade	18.902	21.440
Comunicações	13.761	14.586
Limpeza, higiene e conforto	8.821	9.265
Combustíveis	8.670	9.113
Seguros	3.772	3.556
Material de escritório	2.727	2.916
Outros	<u>17.546</u>	<u>18.581</u>
	<u>342.556</u>	<u>363.446</u>

25. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, a repartição dos gastos com o pessoal é a seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Remunerações órgãos sociais	89.145	71.258
Remunerações do pessoal	1.070.956	1.032.888
Encargos sobre remunerações	236.255	230.048
Encargos com saúde	49.650	49.925
Outros gastos com pessoal	<u>252.163</u>	<u>165.659</u>
	<u>1.698.169</u>	<u>1.549.778</u>

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o número médio do pessoal foi de 57 e 55, respetivamente.

26. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser detalhada como segue:

	31.12.15	31.12.14
Impostos	1.213	1.220
Serviços bancários	136	117
Outros	845	511
	<u>2.194</u>	<u>1.848</u>

27. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	142	276
Relativos a contratos de locação financeira	1.372	3.261
	<u>1.514</u>	<u>3.537</u>
Outros gastos e perdas financeiras	926	808
	<u>2.440</u>	<u>4.345</u>
Resultados financeiros	10.261	26.103
	<u>12.701</u>	<u>30.448</u>
Rendimentos:		
Juros obtidos		
Relativos a depósitos bancários	393	810
Relativos a empréstimos ao Grupo (nota 21)	12.308	29.638
	<u>12.701</u>	<u>30.448</u>

28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como segue:

	31.12.15	31.12.14
Imposto corrente	40.384	88.967
Imposto diferido (nota 7)	(135)	(886)
	<u>40.249</u>	<u>88.081</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultado antes de impostos	123.520	232.602
Taxa nominal de imposto	<u>21,00%</u>	<u>23,00%</u>
Imposto esperado	25.939	53.498
Diferenças permanentes	2.736	4.152
Derrama	2.048	3.760
Acerto de estimativa de imposto diferido	(135)	(886)
Tributação autónoma	20.813	27.557
Insuficiência de estimativa para imposto	<u>(11.152)</u>	<u>-</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>40.249</u>	<u>88.081</u>
Diferenças permanentes		
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	15.275	18.112
Benefícios fiscais	-	-
Outros	<u>(2.246)</u>	<u>(60)</u>
	13.029	18.052
Taxa nominal de imposto	<u>21,00%</u>	<u>23,00%</u>
Diferenças permanentes	<u>2.736</u>	<u>4.152</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em gastos no exercício de 2015, o montante de 51.537 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

29. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultado		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	<u>83.271</u>	<u>144.521</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>83.271</u>	<u>144.521</u>
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2015 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 29 de janeiro de 2016 contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 29 de janeiro de 2016

O Conselho de Administração:

Vitor Manuel Pinho Moreira Alves

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 788.447 Euros e um total de capital próprio de 190.417 Euros, incluindo um resultado líquido de 83.271 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 16 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistemas de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.

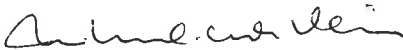
Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 16 de março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

EY refers to the global organization of member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients.

For more information, please visit
www.ey.com.